

A Perspectiva ambiental e o Ensino de História na Amazônia:

Experiências no município de Ananindeua

Por Wesley Kettle⁴

Resumo

Os Parâmetros Curriculares Nacionais brasileiros determinam que o meio ambiente deva ser incorporado nos currículos escolares como tema transversal. Diante disso, este artigo tem como objetivo discutir em que medida essa determinação tem sido aplicada pelas professoras e professores de História do ensino básico que atuam no município de Ananindeua, localizado no Estado do Pará. Os argumentos aqui apresentados foram desenvolvidos a partir da análise dos depoimentos dos docentes entrevistados, destacando suas percepções sobre as relações envolvendo o mundo natural e as práticas cotidianas no espaço escolar, considerando a atuação desses profissionais no contexto amazônico.

Palavras-chave: Amazônia; ensino de história; história ambiental.

Abstract

The Brazilian National Curricular Parameters determine that the environment should be incorporated into school curriculum as a cross-cutting theme. Therefore, this article aims to discuss to what extent this determination has been applied by History teachers of basic education that operate in the city of Ananindeua, located in the State of Pará. The arguments proposed here were developed from the analysis of the interviewed teachers testimonials, highlighting their perceptions about the relation involving the natural world and the daily practices in the school space, considering the action of those professionals on the Amazon context.

Keywords: Amazon; History teaching; Environmental history

⁴ Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (UFPA). O artigo resulta do projeto de pesquisa: "História e educação ambiental nas escolas de Ananindeua", financiado pelo CNPq.

Introdução

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não tem voz (Ferreira Gullar).

As palavras de Ferreira Gullar nos fazem pensar sobre a dimensão da materialidade como elemento indispensável para a construção de uma narrativa mais ampla sobre o passado, registrando a complexidade das ações dos seres humanos que formam a história. O poeta reconhece como a história humana tem sido contada privilegiando os episódios de guerras e negociações políticas ocorridas nas câmaras e gabinetes de governo, sem, na maioria das vezes, considerar a relevância das “pessoas e as coisas que não tem voz”.

O estudo que temos desenvolvido no município paraense de Ananindeua, dialoga com as reflexões de Ferreira Gullar na medida em que se preocupa em investigar como o debate sobre o meio ambiente tem feito parte das aulas de história no ensino básico. Tal problemática nos aproxima das questões que envolvem as percepções sobre o mundo natural construídas pelos docentes da rede pública municipal e estadual que trabalham com a disciplina história. Outro ponto importante dessa discussão é a relação desses profissionais com a educação ambiental e metodologias de ensino que se relacionam diretamente com abordagens interdisciplinares.

Apesar do aumento expressivo de informações sobre os impactos ambientais e o reconhecimento, por parte da sociedade, de que esse é um tema indispensável para a formação de cidadãos críticos, a história ensinada tem tido certa dificuldade em incorporar o debate sobre o meio ambiente, deixando assim, de ampliar a compreensão sobre o passado. Vale ressaltar que essa discussão ganha ainda maior importância no contexto do ensino de história na Amazônia, não somente pelo debate ecológico que essa região suscita nacional e internacionalmente, mas também por influenciar diretamente o cotidiano de toda a sociedade.

O objetivo principal do estudo é, portanto, analisar de que maneira os professores e professoras de história incorporam o tema do meio ambiente em suas práticas pedagógicas. Como metodologia, aplicamos questionários que buscam identificar como os docentes percebem sua atuação em relação ao debate ecológico e a perspectiva da

educação ambiental. Além disso, as entrevistas cuidaram para que as perguntas adquirissem um tom de conversa menos formal no intuito de deixar que os profissionais se sentissem à vontade para compartilhar experiências de ensino relacionadas às questões ambientais.

Em um universo de vinte entrevistas, buscamos conversar com os professores primeiramente com o objetivo de perceber qual a importância dada por eles ao tema do meio ambiente. Na maioria das vezes, encontramos os docentes na escola onde atuam, permitindo-nos apresentar nossas intenções. Entrevistamos professores que atuam nas diferentes séries do ensino fundamental e médio das escolas municipais e estaduais localizadas no município de Ananindeua.

As entrevistas buscaram um clima de conversa em que os professores pudessem estar à vontade para não apenas responder sobre suas práticas educativas envolvendo o ensino de história e a educação ambiental, como também refletirem sobre a aplicação da interdisciplinaridade e a própria condição de trabalho na rede pública de ensino. Dentre os principais questionamentos, podemos destacar perguntas sobre a produção de materiais didáticos que dialoguem com o tema ambiental, a discussão sobre esse tema na formação quando ainda eram estudantes do curso de história e também como interpretam o lugar da natureza na compreensão sobre o passado.

Ao entrevistarmos, tivemos o cuidado de ouvir sugestões sobre como a universidade pública pode contribuir para a educação ambiental no ensino de história. Também nos foi permitido assistir algumas aulas, o que contribui muito para que pudéssemos estabelecer relações entre os depoimentos e a prática. Importante ressaltar que a grande maioria dos entrevistados reconheceu a importância da pesquisa no campo do ensino de história, pontuando ser esse um caminho que contribui para educação.

A partir da análise dos relatos recolhidos nas entrevistas, o estudo tem indicado práticas de ensino de história que, ao discutir o meio ambiente, o fazem a partir do tempo presente, ignorando a possibilidade de abordar a dimensão ambiental em toda e qualquer temporalidade passada. Outro resultado é o fato de a educação ambiental não ser incorporada ao conteúdo propriamente dito, sendo trabalhada separadamente, como um projeto educativo e não intrínseco ao momento da regência, no qual o docente desenvolve o conteúdo da disciplina. Vale ressaltar que os entrevistados reconhecem a necessidade de aproximação de suas atuações em relação ao debate ecológico, não apenas no âmbito dos impactos ambientais vividos hoje, mas também no que se refere à ampliação da compreensão do passado, como nos sugeriu Ferreira Gullar. Assim, com o intuito de tornar esses pontos mais claros, propomos uma reflexão sobre a relação entre o mundo natural, a compreensão do passado e o ensino de história.

Natureza, história e ensino

A partir do século XVI, com o advento da Revolução Científica, o mundo natural passou a ser compreendido cada vez mais por meio de uma perspectiva mecanicista, que encontrava na lógica das máquinas uma referência para explicar os elementos que constituem a natureza. Essa forma de ler o mundo torna-se uma das características mais importantes do que convencionamos chamar de Modernidade, sendo formuladas leis como forma de organizar o conhecimento sobre o universo, por mais complexo que ele se apresentasse, buscando garantir a previsibilidade dos fenômenos naturais.

Os estudos de Max Weber (1999) incorporam essa perspectiva da natureza como máquina artificial, servindo de referência para explicar a relação entre as sociedades humanas e o mundo natural, construindo um entendimento a partir da racionalidade burocrática resultante do processo de especialização científica que se baseia na centralização e hierarquização dos conhecimentos. Nesse contexto, identifica-se importantes inflexões no que diz respeito à compreensão da natureza no Ocidente, sendo parte das discussões sobre o desenvolvimento das técnicas e a organização do trabalho com objetivo de articular as ações humanas em torno das atividades produtivas.

Juntamente com esse tipo de percepção racionalista sobre o funcionamento do mundo natural, podemos identificar a construção de mitos, como a previsibilidade dos acontecimentos naturais e a possibilidade de, por meio do estudo cuidadoso, alcançar o controle da natureza. Esse pensamento acabava por não deixar espaço para a compreensão do mundo natural a partir de sua complexidade, suas irregularidades e particularidades. Cristalizou-se, portanto, a ideia de que a ciência poderia organizá-lo, garantindo o protagonismo aos seres humanos (POLLARD, 1971).

De forma bastante clara, Boaventura de Sousa Santos, ao refletir sobre o desenvolvimento do conhecimento humano, destaca a ideia de ordem e estabilidade do universo, condições supostamente capazes de garantir a formulação de leis físicas e matemáticas, descrevendo um mundo estático e infinito.

Esta ideia do mundo-máquina é de tal modo poderosa que se vai transformar na grande hipótese universal da época moderna, o mecanicismo. Pode parecer surpreendente e até paradoxal que uma forma de conhecimento, assente numa tal visão do mundo, tenha vindo a constituir um dos pilares da ideia de progresso que ganha corpo no pensamento europeu a partir do século XVIII e que é o grande sinal intelectual da ascensão da

burguesia. Mas a verdade é que a ordem e a estabilidade do mundo são a pré-condição da transformação tecnológica do real (SANTOS, 1987, p. 51).

A ideia do mundo-máquina é importante não apenas para analisar a história do pensamento científico ocidental, mas também para compreender as transformações biofísicas do mundo e os impactos nas paisagens. A percepção que os principais agentes sociais têm da natureza nos dias de hoje é herdeira desses pressupostos que a identificam como um espaço a ser explorado com o objetivo da obtenção do lucro, fato que justifica os investimentos e constrói o caminho para o que chamam de progresso e avanço tecnológico. Essa concepção de mundo influencia desde o senso comum até as bases do ensino de história, que poderia questionar as formas predatórias consequentes da interação dos seres humanos e as outras espécies.

Reconhecemos que o tema da construção do conceito ocidental de natureza é demasiadamente amplo para ser esgotado aqui, todavia, o objetivo de apresentarmos alguns apontamentos sobre essa questão se justifica pelo fato de, ao estarmos dialogando com os docentes entrevistados, a todo tempo se estabelecia algum tipo de relação com a compreensão sobre o mundo natural desenvolvida por esses profissionais. Assim, a escolha de explicações do universo buscando formulações que descrevam a ordem do mundo biofísico, compromete invariavelmente uma análise histórica capaz de perceber a desordem inerente à dinâmica da natureza.

John Loose, em sua Introdução histórica à filosofia da ciência (1979), identifica esse método científico reducionista de compreensão da natureza como um instrumento político. Demonstrando as contribuições de filósofos como Francis Bacon e René Descartes, o autor demonstra como a ciência deve ser compreendida como um instrumento de poder, à medida que prega a dissociação entre humanos e natureza, como se ambos pudessem fazer parte de mundos distintos. Há, portanto, certa artificialidade em nos considerarmos elementos à parte do mundo biofísico.

Fritjof Capra (1988) considera o pensamento científico atual herdeiro direto desse cientificismo cartesiano que desconsidera a complexidade do mundo natural, chamando a atenção para a forma como as ciências sociais foram influenciadas pelo racionalismo renascentista. Capra critica, por exemplo, a tentativa de Karl Marx em explicar o papel da natureza no processo de produção utilizando fórmulas matemáticas ditas científicas, o que nos mostra como o reducionismo cartesiano foi incorporado nos estudos sociais. Apesar disso, Marx identificou a necessidade de compreender a sociedade e a natureza como um todo orgânico:

A natureza é o corpo inorgânico do homem – isto é, a natureza, na medida em que ela própria não é o corpo humano. ‘O homem vive na natureza’ significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele deve permanecer em contínuo intercurso se não quiser morrer. Que a vida física e espiritual do homem está vinculada à natureza significa, simplesmente, que a natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 2004, p. 84).

A discussão sobre a suposta separação entre os seres humanos e o mundo natural perpassa invariavelmente pela questão da criação do mito da dominação do mundo biofísico, legitimando a exploração do meio ambiente e sua consequente objetificação. Mauro Grün (1996) considera esse aspecto a base para compreendermos a crise ecológica que marca a Modernidade, aprofundando o dualismo entre cultura e natureza. Esse é um debate essencial para nossa análise sobre a incorporação da perspectiva ambiental nas aulas de história, visto que a compreensão do docente sobre o que é a natureza determina sua abordagem sobre tema em relação ao passado.

Temos a consciência de que o processo de construção do conhecimento científico é mais complexo do que a reflexão aqui apresentada, todavia, nossa intensão é de demonstrar a relação entre ciência e poder no que se refere à formulação de leis que buscam explicar o mundo natural e a separação entre humanos e natureza com o objetivo de exploração, configurando as visões de mundo da sociedade, sendo, portanto, determinantes na elaboração do conteúdo a ser ministrado nas aulas de história, mesmo que não tenham como objetivo a discussão sobre o meio ambiente.

Diante desses paradigmas científicos e como reflexo do que acontece no espaço acadêmico, os professores de história que atuam no ensino básico muitas vezes não problematizam a forma como o mundo natural é percebido pelos seres humanos, naturalizando a objetificação do mundo biofísico e o olhar científico. Nesse sentido, nossa intenção ao questionarmos os entrevistados sobre o entendimento do conceito de natureza é de identificarmos suas visões de mundo, as interpretações sobre o processo de construção do conhecimento e a relevância dada ao mundo natural para os estudos sobre o passado.

Apesar da crescente importância dada ao tema do meio ambiente, a discussão continua alheia ao trabalho dos professores de história. Os depoimentos recolhidos por meio das entrevistas demonstram que os docentes reconhecem os impactos ambientais decorrentes do modelo capitalista de desenvolvimento, todavia não estabelecem relações entre a crise ambiental e o processo histórico de construção da Modernidade. Dessa forma, a narrativa construída coloca em oposição uma humanidade que no presente é predatória e um passado em que os seres humanos deliberadamente respeitavam, amavam e preservavam a natureza.

Sobre a ação humana em relação ao meio ambiente,

os depoimentos dos docentes reafirmam um discurso bastante conhecido de culpa pelos impactos ambientais. Nesse mesmo sentido, as tentativas de reverter os danos causados pela exploração da natureza são descritas como atos de salvação do planeta, uma espécie de messianismo ecológico que desconhece os limites do poder humano. Dessa forma, podemos perceber que, em alguma medida, a simplificação dos processos envolvendo a interação entre as sociedades humanas e o mundo natural permanecem, assim como a separação entre humanos e natureza até mesmo se aprofunda, descrevendo um cenário dramático.

O estudo da história, nessa perspectiva, privilegia uma análise exclusivamente política do passado, privilegiando os ambientes palacianos para explicar toda a complexidade social. Além disso, os períodos históricos analisados se limitam ao que poderíamos chamar de “tempo bíblico”, desconsiderando o tempo geológico que produziu elementos e paisagens efetivamente indispensáveis para uma compreensão ampla da história. Donald Worster (1991) chama atenção para essa relação indispensável, profunda, que reconhece os elementos do mundo natural como agentes capazes de influenciar decisivamente o caminho das sociedades humanas. Seguindo a perspectiva de Worster, teremos o cuidado de incluir nas aulas de história os outros elementos naturais que muitas vezes se apresenta como restritivos diante das ações antrópicas.

Ainda sobre essa perspectiva apontada por Donald Worster, vale ressaltar suas sugestões no que se refere a influência do mundo concreto em relação ao tempo, tradicional e inequívoca matéria-prima do historiador:

Aí descobriremos forças ainda mais fundamentais atuando sobre o tempo. E para apreciar essas forças, devemos de vez em quando deixar os parlamentos, as salas de parto e as fábricas, abrir todas as portas e vagar pelos campos e florestas, ao ar livre. Chegou a hora de comprarmos um par de sapatos resistentes para caminhadas, e não poderemos evitar sujá-los com a lama dos caminhos (WORSTER, 1991, p. 198).

Diante disso, podemos identificar caminhos diferentes que podem ser trilhados no ensino de história em relação ao debate ambiental. Os estudos sobre o passado podem acompanhar a perspectiva tradicional da política, ou, como temos apontado aqui, discutir em que medida considerar os elementos naturais como agentes históricos que ampliam e enriquecem a narrativa histórica. Consequentemente, um conteúdo que considera a dimensão ambiental em sala de aula, ultrapassa visões simplificadas do processo de construção do conhecimento que aparta humanos e natureza.

O trecho em destaque ainda nos remete à questão da importância de discutir o espaço na construção da narrativa

histórica, considerando que as ações humanas não acontecem no vazio, tendo seus planos muitas vezes alterados a partir da concretude do mundo. A advertência de Donald Worster também nos chama a atenção para as aulas de campo e as contribuições desse tipo de atividade não apenas para as disciplinas relacionadas às ciências naturais, mas também para as aulas de história.

A análise atenta dos depoimentos dos docentes entrevistados nos permite identificar a naturalização da separação entre sociedade e o mundo biofísico, acompanhando um discurso bastante tradicional no campo das ciências sociais que não esteve atento o suficiente para perceber a importância da interação entre sociedade e meio ambiente para a compreensão dos fatos sociais. Essa consideração nos permite perceber que os professores de história não estão isolados, pelo contrário, dialogam com uma compreensão sobre o passado consagrada não apenas no campo da historiografia, mas das ciências humanas como um todo.

Importantes historiadores como Fernand Braudel e Lucien Febvre, já se debruçaram sobre a relevância do componente espacial para a compreensão sobre o passado. Guilherme Ribeiro (2010), em estudo sobre a geografia na formação do território francês, aponta para a necessidade de diálogo entre historiadores e geógrafos, tempo e espaço, não apenas para a compreensão da formação dos Estados Nacionais, mas também para o estudo das dinâmicas sociais em menor escala, envolvendo questões regionais, todos esses níveis importantes para o entendimento das sociedades.

Apesar da maioria dos docentes entrevistados considerar a geografia como disciplina mais próxima, reconhecem a pouca familiaridade com os conceitos próprios da discussão sobre o espaço, relatando a utilização de mapas como uma atividade interdisciplinar, sem, portanto, problematizar a construção artificial das fronteiras que formam os territórios. Novamente, questionados sobre o lugar do mundo natural nesse processo, identificam como um papel secundário, supostamente dispensável para a compreensão dos conflitos territoriais, negociações diplomáticas, elaboração de materiais cartográficos e outros debates próprios dessa discussão.

No âmbito das questões sobre o espaço e a concretude da vida, os depoimentos nos permitem identificar certo incômodo e tensão na medida em que buscamos perceber de que maneira os conceitos de outras áreas do conhecimento podem contribuir para as aulas de história, resultando, algumas vezes, em depoimentos que objetivam demarcar fortemente o campo da história, onde exclusivamente deveria atuar o professor de história.

Considerando mais uma vez as reflexões de Guilherme Ribeiro, podemos sugerir que o ensino de história, considerando o mundo biofísico, abre a

possibilidade não apenas para o debate ecológico, de educação ambiental e da crítica à exploração do meio ambiente, mas também para o tema da diversidade territorial, cultural e linguística (RIBEIRO, 2010, p.28).

Para além da discussão da construção das fronteiras dos Estados Nacionais e a importância dos elementos naturais demarcadores, vale destacar que a história ambiental se preocupa em ampliar essa análise na perspectiva de também considerar os elementos naturais que preenchem o espaço como documentos históricos capazes de influenciar os acontecimentos, assim como os fenômenos ambientais, desastres e o clima devem fazer parte da narrativa histórica, tendo em vista que a dinâmica social não ocorre no vazio.

A partir das entrevistas podemos identificar como os docentes estabelecem uma associação direta entre a perspectiva ambiental da história e a discussão da crise ambiental. Sem desconsiderar a importância do tema na atualidade, é necessário lembrar que o estudo do passado que considera o meio ambiente não deve considerar os seres humanos apenas como vilões, é preciso problematizar esse tipo de interpretação com o objetivo de construir uma narrativa que revele a complexidade da história do planeta, demonstrando as tensões de toda ordem que envolvem as diferentes espécies.

Um dos pontos comuns entre os diferentes depoimentos é o reconhecimento da importância do debate sobre o meio ambiente nas aulas de história, na maioria das vezes acompanhado do comentário de que na formação profissional não houve nenhuma preocupação em discutir como incorporar a temática ambiental no ensino de história. Esse tipo de observação é importante para identificarmos demandas que ainda permanecem atuais na formação dos professores de história. Muitos dos entrevistados se apresentaram dispostos a repensar suas práticas docentes evitando discutir o mundo biofísico como um apêndice nas aulas de história, reconhecendo a necessidade de ser capacitado para trabalhar com a relação entre história e natureza.

Retornando a discussão inicial sobre a separação entre sociedade e mundo natural, é perceptível nos depoimentos como isso está presente também na indicação dos conteúdos por parte dos docentes que de alguma maneira buscam trabalhar a temática do meio ambiente. A exploração dos recursos naturais, por exemplo, é identificada nos documentos históricos utilizados para discutir a história contemporânea, reforçando o discurso de que as primeiras civilizações conviviam de maneira harmônica e que os relatos sobre o mundo natural, elaborados por essas sociedades antigas, descrevem paisagens pristinas, regiões que supostamente não foram afetadas pela ação antrópica.

Nesse sentido, a perspectiva ambiental da história

requer um diálogo dos docentes com discussões no campo da geologia, botânica, arqueologia e outras áreas do conhecimento que permitirão a elaboração de aulas não apenas mais amplas no sentido da compreensão do passado, mas também na formação de um aluno capaz de construir seu entendimento sobre o mundo a partir das diversas fontes de informação, considerando inclusive a sua própria experiência de vida e de seus antepassados como chave indispensável para debater problemas globais e locais.

Identificamos, nos relatos, experiências tímidas que buscam essa integração entre diferentes disciplinas, demonstrando-nos que essa pauta não está completamente esquecida, pelo contrário, iniciativas criativas fazem parte dos planos desses profissionais.

Não podemos mais afirmar que o planejamento escolar ignora completamente a temática do meio ambiente, visto que essa discussão, além de fazer parte dos Planos Curriculares Nacionais (PCNs), também vem ocupando um grande espaço nas mídias, sendo referência para temas de redação, questões de vestibular e concursos públicos. Entretanto, mais uma vez percebemos que duas características se repetem: (1) o discurso dramático da crise ambiental que pouco considera a historicidade dessa problemática e (2) a discussão sobre o meio ambiente apresentada como um apêndice dos estudos históricos propriamente ditos. Arthur Sofiatti analisa a desatenção dos historiadores diante da relevância do mundo biofísico assim:

Um aspecto da história foi esquecido: o das relações entre as sociedades humanas e a natureza. Aliás, o esquecimento ou a falta de interesse verificaram-se não apenas nos livros didáticos como também na produção acadêmica que serve de fonte abastecedora dos primeiros. Tudo leva a crer que este descaso se deve ao caráter excessivamente antropocêntrico e sociocêntrico dos sistemas filosóficos ocidentais, notadamente a partir da revolução intelectual do século XVII e do pensamento de Descartes (SOFIATTI, 1990, p. 534).

A reflexão desenvolvida por Arthur Sofiatti tem como objetivo principal discutir a ausência da natureza nos livros didáticos de história. Essa perspectiva deixa claramente de lado a análise dos conteúdos presentes no material utilizado pelos professores. Porém, vale destacar que o autor construiu seu argumento a partir do contexto da década de 1990, diferente do cenário atual em que temos a determinação do meio ambiente como tema transversal para os currículos escolares.

Décadas depois, trabalhos como de Ely Bergo de Carvalho atestam que a perspectiva ambiental permanece ausente em grande parte dos materiais didáticos utilizados no ensino de história, considerando menos importante a interação entre os grupos humanos e o mundo biofísico para a compreensão dos diferentes contextos históricos. O

referido autor destaca que é recorrente observar “a incorporação do tema meio ambiente nos livros didáticos de história pelo acréscimo, em quadros (box) separados do conteúdo principal, com curiosidade e outras informações sobre o ambiente”, reforçando a ideia de uma natureza estática, apresentando-se como um simples cenário, deixando em segundo plano o debate sobre a questão ambiental (CARVALHO; COSTA; 2016, p.65).

Sem deixar de reconhecer a pertinência das questões levantadas pelos autores, chamamos a atenção para a relação entre os materiais utilizados nas aulas de história e a produção acadêmica. Os depoimentos dos docentes entrevistados nos permitem questionar essa produção como “fonte abastecedora” do trabalho desenvolvido nas escolas de Ananindeua ou de qualquer outro município brasileiro. Os relatos apresentam um cenário de completo descompasso entre a história ensinada em sala de aula e os resultados das investigações oriundas dos programas de pós-graduação e projetos de pesquisa desenvolvidos no seio das universidades brasileiras. O caso do debate sobre o meio ambiente não está alheio a essa conjuntura, sendo relatada muitas vezes em tom de desabafo por parte dos entrevistados.

Outra questão destacada por Arthur Sofiatti é a ausência da perspectiva ambiental na elaboração da narrativa histórica como consequência de um conhecimento produzido exclusivamente a partir das ações humanas, desconsiderando que não é possível compreender a sociedade sem incluir no debate o mundo biofísico. Sônia Felipe (2009) chama atenção para o fato de que importantes filósofos da Antiguidade Clássica, como Pitágoras, Sêneca e Porfírio, buscaram compreender a vida considerando as espécies não humanas como personagens indispensáveis para esse entendimento.

Ainda na perspectiva apontada por Sônia Felipe, podemos afirmar que a busca pela construção de uma narrativa histórica que compreenda sociedade e natureza como elementos indissociáveis não é uma novidade proposta pela história ambiental. Outras áreas do conhecimento têm enfrentado o desafio de problematizar o que Arthur Sofiatti chamou de “caráter excessivamente antropocêntrico e sociocêntrico dos sistemas filosóficos ocidentais” (SOFIATTI, 1990, p.534). Esse aspecto também é perceptível ao analisarmos os depoimentos dos docentes entrevistados, quando partem do princípio de que estudar o passado deve ser invariavelmente compreender as relações sociais, tratando o mundo biofísico como um cenário estático, com baixo potencial para influenciar a religiosidade, a política ou a economia.

A reflexão desenvolvida por Sônia Felipe destaca a relação entre as sociedades humanas e os outros animais no passado como forma de compreender um tema caro à educação, que é a ética. Mais uma vez chamamos a atenção

para o fato de que a perspectiva ambiental da história abre possibilidades para o professor discutir questões atuais além da crise ambiental e suas consequências dramáticas para as civilizações. A utilização de cobaias, por exemplo, é um tema em voga que pode servir para demonstrar aos alunos como esse tipo de debate polêmico possui uma historicidade que merece ser analisada com cuidado e que diz respeito não apenas aos historiadores, mas aos médicos veterinários, farmacêuticos, ambientalistas, religiosos, entre outros profissionais dos mais diversos campos do conhecimento.

Assim que abandonamos a perspectiva antropocêntrica da história, vemos ampliar a discussão sobre o passado e as relações com o presente, abrindo a possibilidade de tornar a disciplina história um momento em que possamos debater o caráter artificial da superioridade humana diante das demais espécies, dialogando com discussões de vanguarda de outras áreas do conhecimento, como a racionalidade dos animais não-humanos, permitindo criticar a cultura da violência, da intolerância, do preconceito e outros comportamentos que merecem ser combatidos.

Natureza e o ensino de história: o caso do município de Ananindeua

De forma geral, podemos afirmar que a discussão sobre a região amazônica suscita temas que quase sempre perpassam o debate sobre o meio ambiente, ecologia e a proteção ambiental. A mídia em geral tem explorado cada vez mais notícias que trazem à tona problemas como a exploração madeireira, a biodiversidade, queimadas nas florestas, demarcação das terras indígenas, construção de barragens, expansão do agronegócio e outras transformações das paisagens amazônicas.

Apesar de todo esse apelo, os professores de história que atuam em cidades como Ananindeua, situada na zona metropolitana de Belém, tem tido dificuldade de incorporar à discussão desenvolvida em sala de aula uma perspectiva ambiental. O resultado das entrevistas realizadas nos permitem identificar como os docentes não estão atentos ou não se utilizam dessa associação, questionando, na maioria das vezes, a zona metropolitana como uma “legítima” região amazônica no sentido de, supostamente, não contar com rios caudalosos, animais selvagens, floresta exuberante e populações ribeirinhas.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Ananindeua possui uma população estimada de 510.834 habitantes, contando em seu território com o rio Maguari onde podemos encontrar 14

ilhas. A maioria da população residente nesse município trabalha em Belém e mora na zona urbana que tem como referência a rodovia Br-316 e paisagens cada vez mais transformadas pela construção de empreendimentos imobiliários, comerciais e ocupações irregulares que avançam em direção às florestas, fontes d'água e igarapés ainda encontrados na região.

A zona metropolitana de Belém, em especial o município de Ananindeua, conta em seu território com essas diferentes paisagens. De um lado, áreas urbanas que desconsideram a mínima presença das árvores e, de outro, rios, furos de rios, ilhas e matas que ainda resistem diante da especulação imobiliária. A escolha dessa região também se justifica por esse cenário, que na maioria das vezes é desconhecido pelos próprios habitantes de Ananindeua.

Os docentes que atuam nessa região também têm dificuldade de problematizar essas transformações que afetam não apenas a zona metropolitana e que devem ser inseridas no conjunto de transformações porque passam as cidades localizadas na região amazônica.

As entrevistas nos permitem identificar como os professores de História discutem as transformações das paisagens das cidades ao longo do tempo, tomando como referência regiões distantes da realidade dos alunos. Nesse sentido, apresenta-se o desafio de não apenas incorporar a perspectiva ambiental às aulas de história, mas também estarmos atentos às questões locais que merecem ser problematizadas em relação ao meio ambiente. Os entrevistados reconhecem a importância desse tipo de análise regional, mas também apontam para o fato de que as atividades que permitem aos alunos discutirem a cidade de Ananindeua são muito tímidas e que poderiam realmente fazer parte do conteúdo das aulas de História.

Os docentes entrevistados reconhecem a pouca atenção dada à questão ambiental em relação à história do processo de ocupação humana na Amazônia. Esse tipo de abordagem é de fundamental importância para a compreensão da história do município de Ananindeua, que carrega em seu próprio nome a relação com o Anani (*Symphoniaglobulifera*), árvore de onde extraímos a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações, e viveu intensamente essa espécie de contradição entre o que se convencionou chamar de Modernidade, representada pela ferrovia Belém-Bragança que passava pelo território onde hoje se localiza o município, e a vida ribeirinha muitas vezes ganhando um significado de atraso².

Os professores entrevistados demonstram uma preocupação com a questão ambiental e sua importância para compreendermos a história, todavia, apresentam dúvidas sobre a aplicação dessa perspectiva ao tratarmos da zona metropolitana, desconhecendo a relação dessa região como restante da Amazônia. Isso nos chama a atenção pelo fato de que essa forma de perceber o mundo dificulta que os

alunos se vejam como personagens envolvidos nessa discussão sobre a interação entre humanos e natureza.

Diante da discussão sobre a relação entre sociedade e natureza na Amazônia, outro ponto que merece ser destacado é o fato de, a partir das entrevistas, identificarmos como os docentes repetem, no espaço escolar, o discurso de dominação do mundo natural por parte dos seres humanos, contribuindo para a construção de um conhecimento que explica a sociedade separando cada vez mais questões de ordem econômica e política da dimensão ambiental. A própria fragmentação do conhecimento, a qual contribui para que as diferentes disciplinas escolares não estabeleçam diálogo, faz parte desse contexto em que o professor de história discute conteúdos até o limite de onde sua capacidade de análise lhe permite chegar. O conhecimento sobre o mundo biofísico, segundo os entrevistados, seria trabalho para os docentes de outras disciplinas como a biologia, química e física.

Os depoimentos sobre a prática do ensino de história, apesar de não relacionarem a cidade de Ananindeua com o contexto amazônico, demonstram certa atenção no que diz respeito à história da Amazônia a partir da chegada dos primeiros invasores europeus. Sobre o período colonial, são citados os empreendimentos coloniais, o trabalho compulsório dos indígenas, o diretório dos índios e a coleta das drogas do sertão como temas principais. Nesse contexto, os professores se referem ao mundo biofísico apenas como cenário estático, o espaço físico onde se desenrolam as tramas em que os seres humanos são os personagens principais e exclusivos.

Outro ponto que nos chama atenção é o fato de que os professores entrevistados reforçam um ensino de história antropocêntrico e eurocêntrico, deixando de lado, por exemplo, a história da Amazônia antes da chegada dos europeus. A perspectiva interdisciplinar atenta à perspectiva ambiental, amplia o conteúdo das aulas de história considerando também o período anterior à chegada dos primeiros seres humanos na região Amazônica. Estabelece-se, portanto, diálogos não apenas com disciplinas presentes no desenho curricular do Ensino Básico, mas também áreas do conhecimento como a geologia e a arqueologia, que certamente contribuirão para a construção de um conhecimento atento à complexidade da vida.

Os docentes entrevistados também relatam a importância dada aos conteúdos sobre os conflitos referentes à história da Amazônia relacionados, em alguma medida, com questões ambientais. O tema dos seringais, a morte de Chico Mendes, a exploração mineral na região e a luta pela

2A Estrada de Ferro de Bragança foi inaugurada no ano de 1884, possuindo 229 quilômetros em seu eixo principal que ligava a capital paraense à cidade de Bragança. A ferrovia também foi importante para os núcleos populacionais que se conectavam ao longo de sua extensão. Sua construção e o funcionamento estão relacionados aos projetos de desenvolvimento dos núcleos agrícolas no Estado do Pará e de expansão da atividade gomífera (CRUZ, 1955).

reforma agrária foram os mais destacados, com a justificativa de serem ou terem sido relevantes para a compreensão da história do Brasil. Analisando os depoimentos, podemos observar que é contemplada a perspectiva política desses conteúdos deixando em segundo plano abordagens que permitam o diálogo interdisciplinar. Consideramos fundamental o debate sobre as implicações econômicas e políticas desses capítulos da história da Amazônia, entretanto, a história ambiental chama a atenção para ampliarmos a discussão considerando o mundo biofísico não apenas como cenário, mas constituindo elementos ativos dos processos históricos.

Christopher Gosden (1999, p. 20) salienta que, ao incluirmos o mundo biofísico em nossos estudos sobre a sociedade, reconheceremos que as relações entre os seres humanos não são apenas sociais, mas simultaneamente sociais e materiais. Parte significativa das pesquisas históricas ainda não atenta para a importância dessa afirmação, produzindo narrativas sobre o passado em que os personagens parecem viver apenas no plano das ideias. A reflexão de Gosden alerta para o fato de que a materialidade da vida não deve ser compreendida como um anexo da história, mas sim como um elemento central, por meio do qual os personagens se reconhecem como grupo e se reproduzem socialmente. Nesse sentido, os elementos que constituem o mundo natural podem ser reconhecidos como agentes sociais, ocupando um lugar importante para a compreensão da trama histórica.

O ensino de história que se propõe a tratar do passado de regiões como a Amazônia, as quais a dimensão ambiental é reconhecida não apenas pelos setores acadêmicos, mas especialmente pela mídia, atingindo o senso comum e imaginário popular, tem a oportunidade de incluir o mundo natural em sua discussão como forma de aproximar os alunos do conteúdo. O depoimento dos docentes nos permite confirmar essa observação, destacando que, apesar de tratarem dos temas ambientais envolvendo a Amazônia esporadicamente (feiras da cultura, exposições, apresentações culturais, comemorações de efemérides), a recepção dos alunos é a melhor possível, alcançando resultados muito importantes do ponto de vista educacional.

Considerações finais

De maneira geral, esta pesquisa dialoga com uma série de trabalhos preocupados em investigar a relação entre o ensino de história e a história ambiental, discutindo como a prática docente tem incorporado a discussão sobre o meio ambiente no espaço escolar. Ainda em estágio de desenvolvimento, a investigação tem apontado para o fato de

que os professores de história que atuam no município de Ananindeua têm consciência da importância dessa discussão e compreendem as diretrizes apontadas pelo Plano Nacional de Educação Ambiental, entretanto, identificam uma lacuna na formação docente que os capacite para desenvolver atividades nesse sentido.

Apesar de a pesquisa estar em curso, os depoimentos já recolhidos nos permitem identificar como o discurso dos entrevistados reforça a separação entre a natureza e os seres humanos, contribuindo para construção de uma narrativa conservadora da história, acompanhando a forma como o material didático tem apresentado a discussão sobre o meio ambiente. Dessa forma, os docentes deixam de apresentar aos alunos não apenas as questões relacionadas ao meio ambiente e suas implicações nas dimensões políticas e econômicas, mas também constroem uma narrativa na qual não nos identificamos como sujeitos responsáveis pelas consequências das transformações do mundo natural.

Podemos também perceber que os professores não estão satisfeitos, tampouco acomodados, diante da não incorporação da perspectiva ambiental nas aulas de história ou como essa discussão tem sido realizada. A identificação, por parte dos docentes, da ausência desse debate nos cursos de formação de professores, demonstra como esses profissionais estão atentos à sua atuação no espaço escolar, adotando uma postura bastante crítica, não apenas à produção acadêmica que pouco dialoga com essa realidade, mas também à sua própria postura como educador diante do contexto sócio ambiental.

Assim, o encontro com os docentes nos tem revelado a importância não apenas de discutir a incorporação da perspectiva ambiental nas aulas de história, mas também refletir sobre a distância do conhecimento produzido na academia e sua aplicação no espaço escolar. Temos conhecido professores e professoras de história dispostos a dialogar com a produção acadêmica como forma de aprimorar cada vez mais sua atuação profissional. Dessa forma, também vale destacar como esses encontros nos têm levado a refletir sobre o ensino de história e as questões práticas para a incorporação da perspectiva ambiental nas aulas de história, colaborando com a construção de um conhecimento mais amplo sobre o passado, atento não apenas aos fatos ocorridos nos palácios e gabinetes de governo, mas também, como a poesia de Ferreira Gullar sugere, nos quintais, entre plantas e animais.

Referências Bibliográficas

ACAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. Cultrix, 1998.

CARVALHO, Ely Berço de; COSTA, Jamerson de Sousa. Ensino de história e meio ambiente: uma difícil aproximação. *História & Ensino*, v. 2, p. 49-71, 2016.

CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política*. Belém: SPVEA, 1955.

FELIPE, Sônia T. Antropocentrismo, sencientismo e biocentrismo: perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. *Revista Páginas de Filosofia*, v. 1, n. 1, jan./jul. 2009.

GOSDEN, Christopher. *Anthropology and archaeology: a changing relationship*. London: New York: Routledge, 1999.

GRÜN, Mauro. *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*. Campinas: Papirus, 1996.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LOOSE, John. *Introdução histórica à filosofia da ciência*. Itatiaia, Belo Horizonte, 1979.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

POLLARD, Sidney. *The idea of progress: history and society*. Penguin (Non-Classics), 1971.

RIBEIRO, Guilherme. A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 10, 2010.

SOFFIATI, A. A Ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 43-56, set.1985/fev.1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Edições, 1987.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília: UnB, 1999.

WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, 1991.